



## CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIÃO

Av. Alm. Barroso, 22 - 14ª andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-000  
Telefone: (21)2517-8178 - www.crn4.org.br - E-mail: crn4@crn4.org.br

# ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 2/2025

Processo nº: 04048.000027/2025-73

Interessado: NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI

O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO - 4ª REGIÃO (CRN-4), CNPJ 30.892.350/0001-70, estabelecida à AVENIDA RIO BRANCO, 173 / 5 ANDAR - CENTRO - RIO DE JANEIRO / RJ, atesta para os devidos fins que a empresa NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 03.085.134/0001-40, estabelecida à Avenida Ator Jose Wilker, 605, Bl 1B Ásia, Sala 565, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22775-024, prestou os serviços/forneceu os bens abaixo listados:

Prestação de Serviço de copeiragem para a sede do CRN-4 - Período de execução: de 01 de junho de 2024 até os dias atuais.

Ressalta-se que os serviços foram prestados de forma eficiente e em conformidade com as cláusulas contratuais, correspondendo às expectativas da contratante, ressaltando a capacidade técnica na realização destes e inexistindo qualquer apontamento que desabone a Contratada.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

MARGARETH DOS SANTOS BARROS

Assessora da Diretoria - CRN-4

Fiscal de contrato



Documento assinado eletronicamente por **Margareth dos Santos Barros, Assessor(a) de Diretoria**, em 24/02/2025, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfn.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1895647** e o código CRC **ACDF4C9F**.



**CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 4ª REGIÃO**  
Sede: Av. Rio Branco, 173 - 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-007  
Telefone: (21)2517-8178 - <http://www.crn4.org.br/> - E-mail: [crn4@crn4.org.br](mailto:crn4@crn4.org.br)

**CONTRATO Nº 1574161/2024**

**Processo nº 040472.000048/2024-61**

**CONTRATO DE PRE  
EMPRESA NORTES**

O **CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 4ª REGIÃO – CRN4**, inscrito no CNPJ sob o nº 30.892.350/0001-70, com sede na Avenida Rio Branco, nº. 173 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP 20040-007, neste ato representado por Conselheira Presidente, **Anna Carolina Rego Costa**, portadora do nº 112.504.137-45, e de sua Conselheira Tesoureira, **Luana Gonçalves Limoeiro**, portadora do nº 090.701.367-83, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.085.134/0001-40, estabelecida à Avenida Ator Jose Wilker, 605, Bl 1B Ásia, Sala 565, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22775-024, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Rafael da Silva Barbosa**, portador do CPF nº 449.995.998-56, resolvem celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS NORMAS DE REGÊNCIA E DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

1.1. O presente contrato rege-se pela Lei nº 14.133/2021.

1.2. O presente contrato fundamenta-se:

I - Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:

a) Constem no Processo Administrativo CRN-4 nº 040419.000009/2023-28,

b) Constem no Edital do Pregão CRN-4 nº 009/2023;

c) Não contrariem o interesse público.

II - Nos preceitos do direito público.

III - Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. Prestação de serviços continuados de copeiragem para a sede do CRN-4, com fornecimento de insumos (equipamentos, uniformes etc.), sob regime de dedicação exclusiva, necessários à sua execução, para a sede Avenida Almirante Barroso nº 22, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2 Os serviços a serem prestados devem compreender:

<b>Lotação</b>	<b>Item</b>	<b>Número de Funcionários</b>	<b>Carga Horária Semanal</b>
Avenida Almirante Barroso nº 22, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ	2	1	44 horas

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS**

3.1. A Contratada compromete-se a zelar pela manutenção do sigilo de todos os documentos, e informações e dados pessoais de pessoas físicas (inclusive dados pessoais sensíveis) recebidos do CRN-4, bem como de seu conteúdo, vedada a divulgação dos mesmos a terceiros, fazendo com que seus sócios, empresas filiadas, administradores, prepostos, empregados e/ou quaisquer outras pessoas sob sua responsabilidade (direta ou indireta) mantenham também o mesmo sigilo, salvo quando expressamente autorizada por este Conselho.

3.2. Serão tratados confidencialmente todas as informações e documentos recebidos do CRN-4 pelo Contratado. Neste sentido, quaisquer contatos, divulgação de informações sobre o seu conteúdo a terceiros, será objeto de multa a ser paga pelo contratado ao CRN4 em valor equivalente a 10 (dez) vezes o valor pago pela Autarquia para a prestação dos serviços, objeto deste contrato.

3.3. A Contratada declara que, na execução do presente contrato, tem acesso e trata dados pessoais de pessoas físicas, o que pode incluir “dados pessoais sensíveis”. Logo, . Além disso, reconhece expressamente que, que quanto ao tratamento desses dados, toma decisões essenciais e próprias para essa finalidade quanto ao tratamento desses dados.

3.4. A Contratada se compromete a executar o objeto do presente contrato de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) e declara que adota meios técnicos e administrativos suficientes a proteger os dados pessoais a que venha a ter acesso no decorrer da execução do presente contrato, garantindo que estes não sejam registrados, divulgados, processados, excluídos, perdidos, danificados, alterados, utilizados ou adulterados de maneira não autorizada, acidental ou ilegal.

3.5. A Contratada não poderá utilizar os dados pessoais, especialmente os dados pessoais sensíveis a que venha a ter acesso, para fins distintos do objeto do presente contrato, bem como não os poderá transmitir a terceiros, exceto se autorizado expressamente pelo titular dos dados ou nos casos em que assim lhe for imposto pela legislação e/ou para fins de cumprimento de ordem judicial, independentemente do dever de sigilo do item 3.1., acima.

3.6. Após o término da vigência deste contrato, a Contratada deverá, a critério do CRN-4, eliminar de seus registros todos os dados pessoais a que venha a ter acesso, devendo evidenciar a referida eliminação, exceto se autorizado expressamente pelo titular dos dados ou nos casos em que assim lhe for imposto pela legislação e/ou para fins de cumprimento de ordem judicial.

3.7. Sem prejuízo da comunicação ao órgão ou entidade competente, a Contratada notificará imediatamente o CRN-4, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nos casos de:

(i) identificação ou suspeita de qualquer incidente de dados (eventos de acesso ou divulgação não autorizada de dados pessoais e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais);

(ii) qualquer reclamação relacionada ao tratamento de dados pessoais, incluindo alegações de que o tratamento viola os direitos de um titular de dados de acordo com a lei aplicável; ou

(iii) qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa, que tenha por objetivo solicitar a divulgação ou bloqueio de dados pessoais.

3.8. A Contratada se obriga a indenizar, defender e manter imune o CRN-4 e seus dirigentes contra quaisquer perdas e danos, prejuízos, custos, honorários advocatícios (e de outros especialistas, incluindo peritos), depósitos judiciais, penalidades e multas, inclusive no contexto de eventuais reclamações, demandas e processos administrativos, judiciais ou arbitrais movido pelos titulares de Dados Pessoais, por autoridades governamentais ou por quaisquer terceiros que resultarem, direta ou indiretamente, de:

(i) qualquer falsidade, omissão, erro, incompletude, violação ou inexistência nas declarações e garantias prestadas pela Contratada neste contrato com relação aos Dados Pessoais

(ii) inadimplemento de qualquer obrigação com relação ao tratamento de Dados Pessoais prevista neste contrato e/ou

(iii) qualquer ação ou omissão dolosa, culposa ou de má-fé da que descumpra a Lei aplicável à proteção dos Dados Pessoais inclusive e principalmente no caso de vazamento de dados por qualquer motivo.

3.9 Qualquer violação das obrigações, declarações e garantias estipuladas neste contrato será considerada uma violação grave de modo que o CRN-4 poderá, a depender da gravidade e a seu exclusivo critério:

i) aplicar as penalidades previstas na cláusula décima primeira, abaixo,

ii) suspender/paralisar/interditar atividades com justa causa até satisfatória regularização, inclusive, nesta hipótese, com retenção de pagamentos e independentemente do cumprimento do cronograma das atividades em execução ou,

iii) rescindir o contrato na forma da cláusula décima segunda, abaixo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O prazo de vigência do Contrato é 12 (doze) meses, contados entre 03/06/2024 até 03/06/2025, podendo este prazo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

5.1. Para a execução do objeto deste contrato, conforme consta na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a quantia anual de R\$ 44.071,94 (quarenta e quatro mil setenta e um reais e noventa e quatro centavos), em 12 parcelas mensais de R\$ 3.672,66 (três mil seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos).

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.2. As retenções no valor mensal faturado obedecerão ao disposto no item 14 do Termo de Referência do Pregão 009/2023, em consonância com o disposto no Artigo nº 18 e anexos 11, 12 e 12 A da IN SEGES/MP 005/2017.

5.2. A Contratada deverá apresentar, mensalmente, até o dia 05 do mês subsequente ao da prestação do serviço, fatura, contendo o detalhamento dos serviços executados no mês anterior, assim como toda a documentação referente a sua regularidade, disposta abaixo:

a) Comprovação de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e tributos federais e Dívida Ativa da União;

b) Comprovação de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) Comprovação de regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT);

d) Relatório DCTFWeb (IN RFB nº 1.787/2018);

e) Folha analítica de pagamento específica do mês correspondente;

f) Cópia do recibo de pagamento do salário, do recibo de fornecimento do vale-transporte; do vale-alimentação e do vale-refeição, correspondentes à nota fiscal/fatura paga no mês anterior, respeitando o que estiver registrado no Acordo da Categoria vigente quando da emissão da Nota fiscal/Fatura;

g) Cópia da Guia da Previdência Social (GPS);

h) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) vencidos no mês anterior, referentes a todos os postos de trabalho;

i) Cópia dos recibos de quitação de todos os auxílios e benefícios aos quais tenham direito, previstos em dissídio, acordo ou convenção coletiva, assim como os previstos na legislação trabalhista, referente ao mês corrente.

5.3. O fiscal do contrato verificará a conformidade dos documentos recebidos, solicitando as retificações que julgar necessárias. Tais retificações deverão ser atendidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.4. O fiscal do contrato analisará a conformidade da prestação dos serviços com as especificações técnicas previstas, requerendo possíveis ajustes ou deduções, com base nos critérios previstos no IMR, Anexo I deste contrato.

5.5. Possíveis ajustes ou deduções deverão ser realizados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

5.6. A nota fiscal/fatura deverá obrigatoriamente expressar os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.6.1. O prazo de validade;

5.6.2. A data da emissão;

5.6.3. Os dados do contrato e do CRN-4;

5.6.4. O período de prestação dos serviços;

5.6.5. O valor a pagar; e

5.6.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.7. Nos casos em que houver erro material na emissão do documento fiscal, será dado prazo de 5 dias úteis à Contratada, para regularização.

5.8. Após o recebimento da nota fiscal, caberá ao Fiscal do contrato atestá-la e encaminhar ao setor financeiro do CRN-4, para realização do pagamento.

5.9. A Contratada deverá informar, por escrito, ao CRN-4, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, as respectivas datas de vencimento e alterações posteriores, para cumprimento das obrigações, que não tenham sido indicadas em dissídio, acordo ou convenção coletiva, ou na legislação trabalhista, sendo que a definição das datas e respectivas alterações aqui referidas somente serão admitidas quando não contrariarem outras disposições definidas nos eventos citados.

5.10. No caso das faturas serem emitidas e entregues ao CRN-4, em data posterior à indicada no item 5.2. desta Cláusula, será imputado à Contratada o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

5.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando o prazo para pagamento após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CRN-4.

5.12. O pagamento será efetuado em moeda corrente, por meio de ordem bancária de crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pela Contratada, ou pagamento via cobrança por boleto bancário, pagável na rede de compensação nacional.

5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou quando efetivado o pagamento do boleto no sistema financeiro.

5.14. O prazo para pagamento da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo fiscal e pelo gestor do Contrato, será de até 10 (dez) dias, contados da data de sua apresentação.

5.15. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CRN-4, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \div 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso

5.16. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, o processo deverá ser instruído com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior do CRN-4, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

5.17. Os pagamentos das faturas efetuadas pelo CRN-4, não deverão ser vinculados ao pagamento dos salários e benefícios aos empregados, nem ao pagamento de tributos e taxas devidos pela Contratada. Desta forma, a Contratada não poderá justificar o não pagamento de suas obrigações por não receber os valores das faturas emitidas à CRN-4.

5.18. Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção tributária, conforme preceitua a IN RFB nº 1.234/2012 e demais legislações correlatas.

5.19. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) - Anexo I do Termo de Referência, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

5.20. O CRN-4 poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do Contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO DOS VALORES**

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela Contratada e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da celebração do contrato, o valor consignado poderá ser repactuado, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas, para análise e posterior aprovação do CRN-4.

6.1.1. A repactuação dos preços obedecerá ao disposto no Artigo nº 135 da Lei 14.133/21.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação, entende-se como última repactuação a data em que iniciaram seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.4. O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.5. Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.6. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CRN-4 ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.8. O CRN-4 não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.9. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.10. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CRN-4 para a comprovação da variação dos custos.

6.11. As repactuações serão formalizadas por meio de aditamento ao contrato, em consonância com o Art. 91, parágrafos I à IV, da Lei 14.133/2021.

6.12. A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. Os serviços serão executados em conformidade com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, Anexo I do Pregão 009/2023.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelos colaboradores Margareth Barros e Mariana Ferreira, sendo devidamente permitida assistência de terceiros.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado, nos termos do Edital, seus Anexos, assim como da legislação vigente, e arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e pessoais causados por seus empregados, dolosa ou culposamente, aos bens do CRN-4 e/ou de terceiros.

9.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, bem como uniformes, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

9.3. Cumprir fielmente as obrigações contratuais, de forma que a prestação do serviço seja realizada com perfeição.

9.4. Vedar, durante a vigência do contrato, a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público ativo ou aposentado há menos de 05 (cinco) anos, que desempenhe ou não função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

9.5. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

9.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.7. Para a execução dos serviços de limpeza, asseio, conservação (Item 1 deste objeto) e copeiragem (Item 2 deste objeto), a Contratada deverá fornecer mão-de-obra e insumos conforme o item 4. deste Termo de Referência.

9.7.1. Os equipamentos a serem fornecidos pela Contratada deverão ser disponibilizados novos, com, no máximo, 2 (dois) anos de uso;

9.7.2. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas úteis;

9.7.3. Para atendimento específico do Item 1 deste objeto, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamentos elétricos dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

9.7.4. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CRN-4.

9.8. Indicar, quando da assinatura do Contrato, o seu representante (preposto), com endereço, telefone fixo, celular de contato da sede da Contratada, na cidade onde os serviços serão prestados.

9.9. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

9.10. Substituir imediatamente, em caso de faltas, férias ou a pedido do CRN-4, o empregado a seu serviço, respondendo por quaisquer ocorrências no decorrer do período em que for constatada a sua ausência, devendo estas ocorrerem mediante prévia comunicação ao Fiscal do Contrato, de acordo com os interesses do serviço.

9.11. Fornecer, minimamente, 02 (dois) conjuntos de uniformes, semestralmente, para cada empregado que prestará o serviço nos locais, conforme item “4.2” deste Termo de Referência.

9.11.1. A Contratada deverá cuidar para que os profissionais indicados para a prestação dos serviços apresentem-se trajando uniformes sempre limpos, fornecidos às suas expensas.

9.11.2. O primeiro conjunto do uniforme deverá ser entregue, impreterivelmente, antes do início dos serviços.

9.11.3. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.

9.12. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

9.13. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito.

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CRN-4.

9.15. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CRN-4.

9.16. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, informando ao fiscal todas as ocorrências relevantes.

9.17. Contratar seguro para seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

9.18. A(s) empresa(s) contratada(s) que seja(m) regida(s) pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017:

9.18.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

9.18.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

9.18.3. Exames médicos admissionais e periódicos dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

9.18.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

9.18.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

9.19. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

9.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CRN-4.

9.21. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CRN-4, sendo que, em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada

deverá apresentar justificativa, a fim de que o CRN-4 analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.22. Autorizar o CRN-4, por meio da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.22.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

9.23. Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recurso/redução de desperdícios/menor poluição ambiental, tais como:

9.23.1. Para atendimento específico do Item 1 deste objeto, a CONTRATADA deverá propor racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

9.23.2. Para atendimento específico do Item 1 deste objeto, a CONTRATADA deverá sugerir a substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

9.23.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/1994, a Instrução Normativa MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e a legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

9.24. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte, que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, além de outros produtos que possam acarretar em poluição ambiental, como lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente.

9.25. Relatar ao Fiscal do Contrato qualquer irregularidade observada nos locais onde houver prestação dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRN-4.

9.26. Realizar reunião semanal de alinhamento com o fiscal/gestor do contrato.

9.27. Em não sendo possível a substituição do bem danificado ou extraviado, o CRN-4 poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor de mercado atualizado do bem, para efeito de recolhimento da importância respectiva aos cofres públicos.

9.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 105 da Lei 14.133/2021.

9.29. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o Art. 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.

9.30. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados para atender a eventuais acréscimos solicitados pelo CRN-4, bem como impedir que o empregado que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne ao trabalho na unidade.

9.31. É expressamente vedado à Contratada a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do CRN-4.

9.32. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.33. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito do CRN-4.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Indicar o local onde os serviços serão executados.

10.4. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações, dentro dos prazos e condições estabelecidas no Contrato.

10.5. Solicitar à Contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

10.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações.

10.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.8. Solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Termo.

10.9. Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação.

10.10. Disponibilizar instalações sanitárias, aos empregados da Contratada.

10.11. Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

10.12. Disponibilizar, aos empregados da Contratada, local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços.

10.13. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada e desde que seja observado o limite da legislação trabalhista;

10.13.1. O pagamento do serviço adicional será efetuado conforme a legislação, sendo necessária autorização por expresso de ambas as partes, constando a mesma na Nota Fiscal de serviços emitida.

10.14. É vedado à Administração ou aos seus empregados praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.14.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

10.14.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.14.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

10.15. Efetuar o pagamento à Contratada do valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.16. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

10.17. Fiscalizar mensalmente, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

10.17.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

10.17.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.17.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.18. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. O LICITANTE ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações abaixo relacionadas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Conforme previsão do art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as sanções abaixo relacionadas, ressaltando que a aplicação destas serão precedidas do devido processo legal, garantidos a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência;

II – Multas;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

a) A sanção prevista no inciso I do artigo 11.2 desta cláusula será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do artigo 11.1](#) desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) A sanção prevista no inciso II do artigo 11.2 desta cláusula, será calculada na forma do edital, mais especificamente do Termo de Referência, não sendo inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

c) A sanção prevista no inciso III do artigo 11.2 desta cláusula será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) A sanção prevista no inciso IV do artigo 11.2 desta cláusula será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea “c” do artigo 11.2 desta cláusula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) A sanção estabelecida no inciso IV do artigo 11.2 desta cláusula será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 11.2 desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do mesmo artigo.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas no caput do artigo 11.2 desta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.5.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

11.5.2. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.5.3. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.5.4. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.7. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.8. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

11.9. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

11.9.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

11.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.10.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

12.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

12.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

12.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

12.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

12.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

12.1.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

12.1.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

12.1.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

12.1.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

12.2.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/21;

12.2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

12.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

12.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

12.2.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

12.3. As hipóteses de extinção a que se referem os itens 12.2.2, 12.2.3 e 12.2.4 desta cláusula observarão as seguintes disposições:

12.3.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;



12.3.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

12.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/21 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.5. A extinção do contrato poderá ser:

12.5.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

12.5.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

12.5.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

12.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

12.8.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

12.8.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

12.8.3. Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

12.9. A aplicação das medidas previstas nos itens 12.8.1 e 12.8.2 desta cláusula ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

12.10. Na hipótese do item 12.8.2 desta cláusula, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

12.11. A extinção do contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do orçamento próprio em Elementos de Despesas nº 6.2.2.1.1.01.04.008-Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA**

14.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do Art. 96 da Lei 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CRN-4, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o Art. 137, Inciso I, da Lei 14.133/2021.

14.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.

14.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.4.2. prejuízos diretos causados ao CRN-4, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CRN-4 à Contratada; e

14.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CRN-4, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

14.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.10. O CRN-4 executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.11. Será considerada extinta a garantia:

14.11.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CRN-4, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.11.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

14.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CRN-4 com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.13. A Contratada autoriza o CRN-4 a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

14.14. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

14.14.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o CRN-4 poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

14.15.1. Do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou

14.15.2. Da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. O extrato do contrato será publicado no Portal Nacional de Compras Públicas.

15.2. A eficácia do contrato fica condicionada à divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), nos prazos previstos no art. 94 da Lei 14.133/21.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei 14.133/21.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

17.1. Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo artigo 124, da Lei nº 14.133/21, sempre através de Termo Aditivo, numerados em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, no Rio de Janeiro - RJ, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

18.2. E assim, por estarem de acordo ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, conforme dispõe o artigo 92 da Lei nº. 14.133/21.

#### ANEXO I DO CONTRATO - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Cálculo da Pontuação por Módulo				Pontuação de 0 a 3 (Conforme Parametrização)	PARAMETRIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO			
Tópicos		Itens Avaliados			3 = MUITO BOM	2 = BOM	1 = REGULAR	0 = PÉSSIMO
A	Técnica de trabalho	A1.	Técnicas de limpeza		A técnica de limpeza está correta segundo as recomendações estabelecidas.	Os equipamentos e materiais estão corretos, mas há erro na ordem da realização da técnica.	A técnica está parcialmente correta, porém a solução dos baldes apresenta-se turva.	A técnica está incorreta e a solução está muito suja.
TOTAL DE PONTOS - MÓDULO A								
B	Qualidade dos profissionais	B1.	Uniformidade da equipe		Os serviços são executados por profissionais capacitados e em quantidades adequadas para a área. Mantém fixas as escalas dos funcionários.	Os serviços são executados por profissionais capacitados e em quantidades adequadas para a área. Não mantém fixas as escalas dos funcionários.	Os serviços são executados por profissionais com capacitação precária e/ou em quantidades inadequadas para a área. Não mantém fixas as escalas dos funcionários.	Os serviços são executados por profissionais com capacitação precária e/ou em quantidades inadequadas para a área. Ocorrem atrasos e/ou absenteísmo, prejudicando o fluxo e a qualidade das atividades a serem desenvolvidas; apresentam posturas inadequadas; desrespeitam as chefias e demais

								profissionais da área; são agressivos no relacionamento com os colegas, falam alto etc.
		B2.	Apresentação - uniformes		Uniformizados completamente conforme especificações. Uniformes limpos, passados e íntegros e portando identificação funcional.	Uniformes incompletos, passados e limpos, com identificação funcional.	Uniforme completo, rasgado, sujo, amarratado.	Uniformes incompletos. Usam peças de uso pessoal, apresentam sujidades no uniforme.
		B3.	Equipamentos de proteção individuais - EPI 's		EPI adequados disponíveis para o uso (uniformes, luvas, calçados / botas, máscaras, óculos de proteção e avental).	Disponibilidade parcial de EPI, com falta(m) de um ou mais itens.	EPI inadequados ou utilizados incorretamente.	Não utilizam EPI nas situações de uso obrigatório.
		B4.	Empatia e Cordialidade		Os empregados são cordiais e tem excelente relacionamento com as chefias imediatas, acatando as orientações do CRN-4.	Os empregados são cordiais e tem bom relacionamento com as chefias imediatas, acatando parcialmente as orientações do CRN-4.	Os empregados são cordiais e não tem bom relacionamento com as chefias imediatas, acatando parcialmente as orientações do CRN-4.	Os empregados não são cordiais, não tem bom relacionamento com as chefias imediatas e não acatam as orientações do CRN-4.
TOTAL DE PONTOS - MÓDULO B								
C	Frequência	C1.	Cumprimento do cronograma e das atividades		A frequência de limpeza tem ocorrido conforme a rotina preconizada diária, semanal, mensal, etc. Apresenta cronograma checado e o impresso de execução da limpeza terminal está assinado pelo responsável da empresa e da área.	A frequência de limpeza terminal tem ocorrido conforme a rotina preconizada diária, semanal, mensal, etc. Não apresenta o cronograma checado, porém o impresso de execução da limpeza terminal está assinado pelo responsável da empresa e da área.	A frequência de limpeza terminal tem ocorrido parcialmente ou em desacordo com a rotina preconizada diária, semanal, mensal, etc. O cronograma está checado, porém o impresso de execução da limpeza terminal está em desacordo com a programação.	A frequência de limpeza terminal não tem ocorrido. O cronograma não está checado, e não apresenta o impresso de execução da limpeza terminal assinado pelo responsável da empresa e da área.
		C2.	Ausência		Empregados comparecem ao serviço diariamente e não se ausentam dos postos de trabalho durante o período de prestação dos serviços.	Empregados comparecem ao serviço diariamente e se ausentam dos postos de trabalho durante o período de prestação dos serviços.	Empregados comparecem ao serviço e faltam aos postos de trabalho pelo menos uma vez ao mês.	Empregados faltam aos postos de serviço, não apresentam atestados e não comunicam à chefia imediata.
		C3.	Horário de chegada e saída		Empregados cumprem rigorosamente os horários de chegada e saída, assim como as escalas de trabalho determinados pelo CRN-4.	Empregados cumprem os horários de chegada/saída e escalas de trabalho, utilizando o tempo de tolerância tanto na chegada como na saída.	Empregados cumprem parcialmente os horários de chegada e saída e escalas de trabalho, apresentando alguns atrasos durante o mês de trabalho.	Empregados não cumprem os horários de chegada e saída, assim como as escalas de trabalho determinados pelo CRN-4.

TOTAL DE PONTOS - MÓDULO C								
D	Inspeção dos serviços	D1.	Bebedouros		Isento de sujidade. Bandeja de bebedouro limpa	Presença de sujidade na parede (carça). Bandeja do bebedouro limpa.	Presença de manchas antigas de sujidade. Bandeja do bebedouro isenta de sujidade orgânica.	Presença de sujidade orgânica e lodo.
		D2.	Móveis da copa		Móveis limpos (estações, armários, cadeiras e outros)	Móveis com pouca sujidade nos cantos de sua superfície.	Presença de sujidades nos cantos e pés.	Presença de pó e manchas em sua superfície.
		D3.	Equipamentos de copa		Equipamentos limpos.	Presença de discreta sujidade. O cronograma é cumprido parcialmente.	Equipamentos limpos, porém, com sujidades nos cantos. Pó em sua extensão.	Equipamentos com presença de sujidades sólidas e manchas de líquidos em sua extensão.
		D4.	Utensílios de copa		Utensílios limpos.	Utensílios com manchas secas de água e/ou sabonete, porém sem sujidade.	Utensílios com sujidade e pouco brilho. Isentos de sujidade orgânica. Presença de cabelos. Presença de crostas e manchas na superfície.	Presença de sujidade orgânica e lodo. Crostas na superfície dos utensílios.
		D5.	Lavatório da Copa (pias e cubas)		Pias e cubas limpas e sem manchas de sujeira.	Pias e cubas com manchas secas de água e/ou sabonete, porém sem sujidade.	Comando de registros e válvulas com sujidade e pouco brilho. Isentos de sujidade orgânica. Presença de cabelos. Presença de crostas na superfície de ralos e grelhas.	Presença de sujidade orgânica e lodo. Crostas em ralos e grelhas.
TOTAL DE PONTOS - MÓDULO D								
E	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais	E1.	Pagamento de salários e benefícios		Os pagamentos de salários e benefícios são efetivados de acordo com os termos contratuais nas datas previstas.	Os pagamentos de salários e benefícios são efetivados de acordo com os termos contratuais, mas apresentam divergência de valores que são apontadas pelos empregados e sanadas em até 02 (dois) dias após a comunicação do fiscal do contrato	Os pagamentos de salários e benefícios são efetivados de acordo com os termos contratuais, mas apresentam pelo menos 01 (um) dia de atraso a cada mês.	Os pagamentos de salários e benefícios não são efetivados de acordo com os termos contratuais nas datas previstas e apresentam mais de 01 (um) dias de atraso a cada mês
TOTAL DE PONTOS - MÓDULO E								
TÓPICOS		PONTUAÇÃO						
A								
B								
C								
D								

E			
TOTAL			
FAIXAS DE PONTUAÇÃO PARA LIBERAÇÃO DO VALOR DA FATURA			
VARIAÇÃO PERCENTUAL DA PONTUAÇÃO	LIMITE	VALOR DE LIBERAÇÃO DA FATURA	
ENTRE 42 E 36 PONTOS	36	Liberação de 100% da Fatura	
ENTRE 35 E 31 PONTOS	31	Liberação de 80% da Fatura	
ENTRE 30 E 27 PONTOS	27	Liberação de 70% da Fatura	
ENTRE 26 E 21 PONTOS	21	Liberação de 60% da Fatura	
MENOR OU IGUAL A 20 PONTOS	Menor que 20	Liberação de 50% da Fatura e demais sanções previstas no Edital de Licitação	



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DA SILVA BARBOSA, Usuário Externo**, em 23/05/2024, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Gonçalves Limoeiro, Conselheiro(a) Diretor(a) Tesoureiro(a)**, em 24/05/2024, às 00:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Rego Costa, Presidente**, em 27/05/2024, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfn.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1574161** e o código CRC **99F9D2F4**.